

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Caçado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Isac Roffé Zagury

Renato Villela

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 5 – nº 11, novembro de 1999. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, novembro, 1999, vol. 5, nº 11.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN

1. Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o governo central apresentou superávit de R\$ 1,2 bilhão nas suas contas primárias. Contribuiu para esse desempenho o superávit de R\$ 2,5 bilhões obtido pelo Tesouro Nacional, em parte compensado pelos déficits da Previdência Social e do Banco Central, respectivamente de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 63,3 milhões (tabela 1).

O superávit primário do governo central, em novembro, foi de R\$ 1,2 bilhão.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			
	Novembro		Jan-Nov	
	1998	1999	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	14.567,8	17.257,9	163.925,5	188.081,9
I.1. Receitas do Tesouro	11.170,9	13.325,0	124.014,5	146.093,2
I.1.1 Receita Administrada Bruta	8.683,5	12.580,3	106.505,9	127.520,1
I.1.2. (-) Restituições	(226,8)	(370,2)	(3.314,4)	(4.166,0)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	491,1	591,1	6.313,5	6.438,9
I.1.4. Demais Receitas	2.293,1	580,4	15.220,5	16.990,1
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(70,1)	(56,6)	(711,0)	(690,0)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.396,9	3.932,9	39.911,0	41.988,6
II. DESPESA TOTAL	15.755,2	15.973,1	159.726,3	164.200,3
II.1. Transferência a Estados e Municípios	2.100,8	2.615,7	24.742,9	29.054,8
II.2. Benefícios Previdenciários	4.743,6	5.153,7	45.488,7	49.836,4
II.3. Despesas da Administração Federal	8.746,5	7.997,3	86.996,3	82.924,8
II.3.1. Pessoal e Encargos	4.893,9	4.012,5	43.190,7	43.248,4
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.852,5	3.984,8	43.805,6	39.676,5
- Abono e Seguro Desemprego	337,9	294,3	4.084,9	4.341,5
- Desapropriação para Reforma Agrária	97,7	51,8	471,3	296,0
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.416,9	3.638,7	39.249,3	35.038,9
II.4. Subsídios e Subvenções	164,4	206,4	2.498,4	2.384,2
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(1.187,4)	1.284,8	4.199,2	23.881,6
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	159,2	2.505,6	9.776,9	31.729,3
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(1.346,6)	(1.220,8)	(5.577,7)	(7.847,7)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(53,7)	(63,3)	(511,7)	(636,9)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(1.241,1)	1.221,4	3.687,5	23.244,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,44%	2,53%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

Principais Variações

Acumulado: Novembro99/Novembro98

Receitas	14,7%
Despesas	2,8%
Benefícios	9,6%
Transferências	17,4%
Pessoal	0,1%
Custeio e Capital	-9,4%

No ano, o governo central acumula superávit de R\$ 23,2 bilhões (2,53% do PIB), contra R\$ 3,7 bilhões (0,44% do PIB) registrados em igual período de 1998. Evidencia-se, desse modo, melhoria de cerca de 2,1 pontos percentuais do PIB sobre a execução do ano anterior, o que denota claramente o esforço da União para cumprimento das metas fiscais no exercício.

No acumulado do ano, o resultado primário do governo central totaliza R\$ 23,2 bilhões, cerca de 2,53% do PIB.

RESULTADO PRIMÁRIO/PIB
Acumulado Jan-Nov 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Tesouro Nacional	1,2%	3,5%
Previdência Social	-0,7%	-0,9%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
GOVERNO CENTRAL	0,4%	2,5%

Em termos desagregados, o Tesouro Nacional melhorou seu desempenho em aproximadamente 2,3 pontos percentuais do PIB, atingindo R\$ 31,7 bilhões de resultado primário no período, contra R\$ 9,8 bilhões obtidos até novembro de 1998. A Previdência Social (RGPS), por outro lado, apresentou déficit adicional de R\$ 2,3 bilhões, ou cerca de 0,2 ponto percentual do PIB, conforme apresentado na tabela ao lado.

Receita Total

A receita total arrecadada em novembro foi de R\$ 17,3 bilhões, superando em R\$ 2,7 bilhões o recolhimento no mesmo mês de 1998. As receitas administradas líquidas aumentaram R\$ 3,8 bilhões, dos quais cerca de R\$ 1,0 bilhão decorreu do encerramento de ações judiciais. As receitas da Previdência, por sua vez, cresceram R\$ 535,9 milhões, em parte devido ao resgate de dívidas previdenciárias mediante leilões de Certificados da Dívida Pública/INSS, ao aumento no recolhimento do Simples, e, principalmente, porque em novembro de 1998 a arrecadação foi atipicamente menor, relativamente aos demais meses daquele ano.

RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB
Acumulado Jan-Nov 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	19,8%	20,5%
I.1. Tesouro	14,9%	15,9%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,4%	13,4%
I.1.2. Outras (**)	2,5%	2,5%
I.2. Previdência Social	4,8%	4,6%

(*) Líquida de restituição

(**) Diretamente arrecadadas e "demais" receitas

No ano, a receita total atingiu R\$ 188,1 bilhões, contra o montante de R\$ 163,9 bilhões recolhidos em igual período de 1998. O aumento em 1999 foi, portanto, de R\$ 24,2 bilhões, o que equivale a 0,7 ponto percentual do PIB do período. Destaca-se, nesse caso, o aumento das receitas administradas pela Receita Federal, cerca de 1,0 ponto percentual do PIB, ao passo que as contribuições para a Previdência caíram pouco mais de 0,2 ponto percentual (tabela ao lado).

Receitas do Tesouro no mês

As receitas administradas (líquidas de restituição) totalizaram R\$ 12,2 bilhões em novembro, o que representa aumento de 44,4% comparado a novembro de 1998. A arrecadação do mês foi afetada pelo encerramento de ações judiciais da ordem de R\$ 1,0 bilhão, cujos depósitos foram convertidos em receita da União. Tais ações referem-se à contestação da cobrança da Cofins e da CSLL relativas a

fatos geradores anteriores a dezembro de 1998. Os depósitos judiciais com fatos geradores posteriores a esse período, com conversão automática em receita regulamentada pela Lei nº 9.703/98, permitiram recolhimento adicional de R\$ 202,2 milhões em novembro.

Ainda em relação a 1998, a Cofins apresentou recolhimento adicional de R\$ 2,1 bilhões no mês, o que pode ser atribuído, além das ações judiciais, ao aumento da alíquota e à extensão da cobrança às instituições financeiras (Lei nº 9.718/98). Vale mencionar, também, o ganho de R\$ 470,5 milhões na arrecadação da CPMF, decorrente, em especial, do aumento de 0,20% para 0,38% na sua alíquota de contribuição.

A queda na arrecadação das demais receitas foi afetada especialmente pela ausência de ganhos com a Conta Petróleo no mês, comparado ao superávit da ordem de R\$ 1,4 bilhão registrado em novembro/98. Mencione-se, ainda, a queda nas receitas com dividendos das empresas nas quais a União possui participação acionária, que pode ser explicado pelo recebimento, em novembro daquele ano, de dividendos complementares do BNDES no valor de R\$ 673,1 milhões.

Analisando em termos acumulados, as receitas administradas (líquidas de restituição) elevaram-se em R\$ 20,2 bilhões frente ao mesmo período do ano anterior, representando um incremento de aproximadamente 1,0 ponto percentual do PIB. Como principais fatores, destaca-se, em primeiro lugar, o pagamento de débitos em atraso, em virtude da desistência de ações judiciais, contribuindo para a arrecadação adicional de R\$ 4,3 bilhões (conforme previsto na Lei nº 9.779/99 e MP nºs 1.807/99 e 1.858-6/99). Além desse, o recolhimento dos depósitos judiciais à Conta Única do Tesouro Nacional, a partir de janeiro, proporcionando ganho de R\$ 1,8 bilhão até novembro (gráfico abaixo).

Outros fatores que concorreram para o aumento das receitas administradas no ano, de acordo com cada tributo, foram: i) Cofins (70,0%): aumento da alíquota e extensão da

No mês, houve a arrecadação extraordinária de R\$ 1,0 bilhão relativa ao encerramento de ações judiciais.

Não houve ganho primário na Conta Petróleo, frente ao superávit de R\$ 1,4 bilhão obtido em novembro/98.

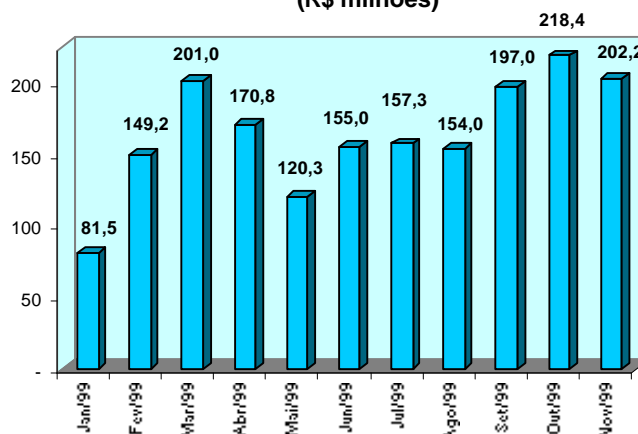
Evolução das receitas do Tesouro até novembro/99

Houve aumento das receitas administradas pela SRF em 1,0 ponto percentual do PIB

cobrança às instituições financeiras; ii) IRRF-Rendimento de Capitais (17,9%): tributação sobre aplicações financeiras em renda fixa destinada às operações de cobertura (Lei nº 9.779/99); iii) IOF (40,2%): incidência da cobrança sobre aplicações em fundos de investimento e aumento da alíquota nas operações de crédito; iv) IRRF-Remessas ao Exterior (73,7%): aumento no volume de remessas ao exterior e mudança da política cambial.

Os depósitos judiciais incorporados à Conta Única atingiram R\$ 202,2 milhões em novembro, somando R\$ 1,8 bilhão no ano.

Recolhimento de Depósitos Judiciais
(R\$ milhões)



A arrecadação própria dos órgãos da administração direta e indireta totalizou R\$ 6,4 bilhões nos onze primeiros meses do ano. Apesar da manutenção do patamar de arrecadação em termos agregados, verifica-se crescimento na receita dos órgãos da administração direta da ordem de R\$ 467,1 milhões (28,2%), parcialmente compensado pela queda de R\$ 267,4 milhões (10,7%) no âmbito da administração indireta. O comportamento das receitas dos órgãos da administração indireta reflete, em parte, a redução das despesas do Governo Federal nos serviços contratados junto a esses órgãos.

Demais Receitas
(R\$ milhões)

Itens	Jan-Nov	
	1998	1999
Part. e Dividendos	1.419	1.463
Concessão	9.323	9.095
Conta Petróleo	1.432	2.398
Outras	3.047	4.033
Total	15.220	16.990

As demais receitas, por fim, apresentam acréscimo de R\$ 1,8 bilhão em comparação a 1998 (tabela ao lado), o que pode ser explicado, especialmente, pelo superávit adicional da denominada Conta Petróleo (R\$ 966,6 milhões), e pelo recolhimento de *royalties* decorrente da exploração desse produto (R\$ 698,6 milhões).

Em novembro, a despesa total atingiu o montante de R\$ 16,0 bilhões, apresentando pequeno acréscimo em relação ao mesmo mês do ano anterior (1,4%). Em especial, houve aumento nas transferências a estados e municípios (24,5%) e nos benefícios previdenciários (8,6%).

No ano, a despesa total atingiu R\$ 164,2 bilhões, dos quais R\$ 114,4 bilhões referentes aos gastos do Tesouro Nacional, e R\$ 49,8 bilhões referentes aos benefícios da Previdência Social. Como proporção do PIB, a despesa total reduziu-se 1,4 ponto percentual do PIB, destacando-se a queda nos gastos com custeio da União correspondendo a 1,0 ponto percentual, e nos gastos com a folha de pagamento correspondendo a 0,5 ponto percentual, como discriminado na tabela ao lado.

No mês, as despesas do Tesouro Nacional, quando comparadas a novembro do ano passado, apresentaram redução de 8,7%. Destaca-se, em particular, a queda de 18,0% na rubrica pessoal e encargos sociais, devido ao pagamento efetivo da segunda parcela do 13º salário de 1998 ter ocorrido em novembro, ao passo que neste ano ocorrerá em dezembro.

No mês, as despesas do FAT somaram R\$ 294,3 milhões, contra R\$ 337,9 milhões no ano passado. A redução nestas despesas deveu-se ao fato dos recursos para pagamento do abono salarial dos beneficiários do PIS/Pasep, referente à novembro, terem sido repassados somente no início de dezembro, enquanto que em 1998, foram liberados dentro do próprio mês de referência.

Em relação a novembro de 1998, as despesas com subsídios e subvenções aumentaram 25,5%. Tal variação é explicada pelo aumento ocorrido nas despesas com equalização das taxas de juros do Proex e do Pronaf e ainda pelo aumento nos subsídios incidentes sobre a operações realizadas com recursos dos fundos regionais.

Despesa Total

DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB Acumulado Jan-Nov 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
II. DESPESA TOTAL	19,3%	17,9%
II.1. Estados/Municípios	3,0%	3,2%
II.2. Benefícios	5,5%	5,4%
II.3. Adm Federal	10,5%	9,0%
II.3.1. Pessoal	5,2%	4,7%
II.3.2. Custeio	5,3%	4,3%
II.4. Subsídios	0,3%	0,3%

Despesas do Tesouro no mês

Despesas do POOC

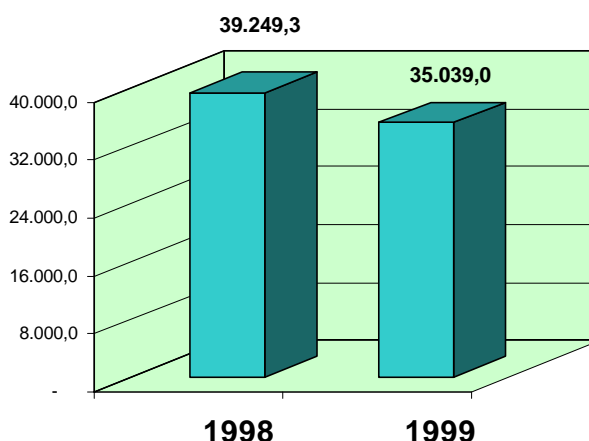
(R\$ milhões)

Itens	Nov/99
Custeio Agropecuário	8,5
Investimento Rural	-
Preços Agrícolas	18,3
- EGF	0,5
- AGF	7,0
- Sustentação de preços	10,8
Pronaf	25,2
Proex	95,1
TOTAL	147,1

Evolução das despesas do Tesouro até novembro/99

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 114,2 bilhões, caindo 1,3 ponto percentual do PIB em relação à despesa de igual período de 1998. Excluindo-se as transferências a estados e municípios, observa-se que as despesas da administração federal reduziram-se 1,5 ponto percentual, sendo 1,0 ponto relativo ao custeio, e 0,5 ponto relativo a pessoal e encargos. O gráfico a seguir apresenta a evolução do custeio, excetuando as despesas do FAT e da desapropriação para reforma agrária, indicando a contenção, em termos nominais, dos gastos públicos sob controle do Tesouro Nacional.

Outras Despesas de Custeio e Capital
(acumulado até novembro em R\$ milhões)



No ano, as outras despesas de custeio e capital apresentaram redução de R\$ 4,2 bilhões em relação a igual período de 1998, equivalente a 0,92 ponto percentual do PIB

As despesas com transferências a estados e municípios aumentaram 14,8% no período, por conta do crescimento na arrecadação das receitas compartilhadas que compõem as transferências constitucionais, e, além disso, devido à mudança na fórmula de cálculo dos valores devidos a título de desoneração do ICMS, que resultou em aumento no montante de recursos transferidos.

Até novembro de 1999, o Tesouro transferiu aos estados e municípios o montante de R\$ 29,1 bilhões, sendo R\$ 24,9 bilhões relativos a transferências constitucionais, R\$ 3,7 bilhões referentes à desoneração do ICMS, e R\$ 400,0 milhões das demais transferências.

No mês, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,2 bilhão, contra R\$ 826,5 milhões obtidos em outubro. Houve, nesse caso, o desembolso de parte do 13º salário, o que contribuiu para crescimento das despesas com benefícios de R\$ 4,7 bilhões, no mês anterior, para R\$ 5,2 bilhões em novembro¹. Por outro lado, as receitas de contribuição permaneceram praticamente estáveis em R\$ 3,9 bilhões. Destaque para a arrecadação de CDP/INSS e de depósitos judiciais, respectivamente de R\$ 27,3 milhões e R\$ 83,9 milhões, e para o aumento da arrecadação oriunda dos optantes pelo Simples.

Em relação ao resultado de 1998, as despesas de novembro cresceram R\$ 410,1 milhões, em função, principalmente, dos aumentos na quantidade de benefícios concedidos e no seu valor médio. Esse último, afetado pelos reajustes ocorridos nos meses de maio (piso da tabela) e de junho (demais), atingiu R\$ 252,0 no mês de competência outubro.

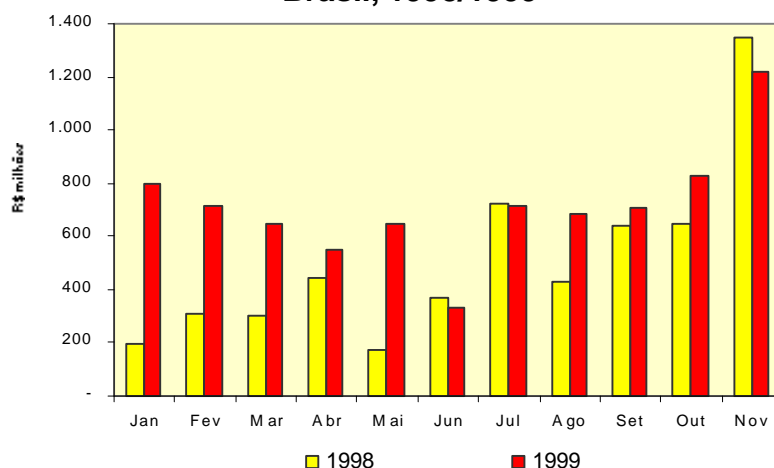
Previdência Social

1 – Ressalta-se que a parcela computada no mês refere-se apenas ao pagamento do dia 1º de dezembro, com impacto na Conta Única do Tesouro no último dia de novembro.

Benefícios	Outubro		
	1998	1999	%
Quantidade*	18,1	18,7	3,6%
Valor Médio**	238,2	252,0	5,8%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

**Déficit da Previdência Social
Brasil, 1998/1999**



O déficit da Previdência aumentou 0,2 ponto percentual do PIB até novembro de 1999.

O déficit acumulado de janeiro a novembro aumentou 40,7% em relação ao ano passado, elevando-se de R\$ 5,6 bilhões (0,7% do PIB), em 1998, para R\$ 7,8 bilhões (0,9% do PIB), em 1999.

Evolução da Previdência até novembro/99

As contribuições previdenciárias cresceram 5,2% em termos nominais, mas esse desempenho não foi suficiente para conter a deterioração nas contas do RGPS, devido às despesas com benefícios. De fato, o comportamento dessa rubrica revela crescimento da ordem de 9,6% entre os dois períodos, tendo passado de R\$ 45,9 bilhões em 1998, para R\$ 49,8 bilhões em 1999.

Como proporção do PIB, no entanto, as contribuições caíram pouco mais de 0,2 ponto percentual, ao passo que os benefícios permaneceram praticamente constantes (queda de menos de 0,1 ponto percentual). Desse modo, o resultado da Previdência Social, conforme detalhado na tabela ao lado, deteriorou-se em 0,2 ponto percentual do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB
Acumulado Jan-Nov 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	4,8%	4,6%
Benefícios	5,5%	5,4%
RESULTADO	-0,7%	-0,9%

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 220,7 bilhões, correspondendo a 22,3% do PIB. Em relação ao mês anterior, o crescimento foi de R\$ 3,8 bilhões, mantendo-se no mesmo patamar em proporção do PIB, conforme observa-se na tabela 2.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Set	Out	Nov
I. DÍVIDA INTERNA	81.189	93.515	95.149
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	305.678	322.077	326.430
Dívida Contratual da STN	-161.835	-164.234	-166.398
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-62.654	-64.328	-64.883
Fat	-43.722	-45.003	-45.521
Demais Entidades	-18.932	-19.325	-19.362
II. DÍVIDA EXTERNA	123.747	123.427	125.590
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	95.452	95.121	95.856
Títulos Depositados em Garantia	-5.979	-6.044	-5.915
Dívida Contratual	34.763	34.850	36.153
Disponibilidades	-488	-500	-505
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	204.936	216.942	220.739
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,3%	22,3%	22,3%

Em novembro, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado foi de 22,3% do PIB.

O crescimento de R\$ 3,8 bilhões da dívida líquida decorreu principalmente do aumento na dívida mobiliária interna, de R\$ 4,3 bilhões, e na dívida externa, de R\$ 2,2 bilhões, em parte compensados pelo incremento de R\$ 2,2 bilhões nos haveres contratuais da STN e de R\$ 517,8 milhões no saldo de aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Ao final de novembro, o estoque total da DPMFi atingiu o montante de R\$ 478,4 bilhões, sendo que R\$ 326,4 bilhões estavam em poder do mercado, o equivalente a 33,0% do PIB.

***Dívida Pública
Mobiliária
Federal***

TABELA 3
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Set	Out	Nov
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	455.634	470.392	478.403
I. Dívida com Mercado	305.678	322.077	326.430
LTN	37.048	47.659	46.773
LFT	134.564	143.847	149.694
LFT-A	4.210	4.244	3.886
LFT-B	20.345	20.138	20.147
NTN-A	8.040	7.981	7.893
NTN-D	29.362	30.144	29.776
NTN-I	1.440	1.541	1.553
NTN-P	10.128	10.202	10.270
CFT-D	2.312	2.293	2.268
NTN-S	52.498	48.557	48.624
Demais	5.731	5.471	5.547
I.2 Dívida com BACEN	83.695	81.540	84.680
LTN	100	0	1.268
NTN-B	252	0	0
NTN-S	11.766	11.929	12.700
LFT-A	35.755	36.041	36.722
LFT	33.994	31.677	32.117
Demais	1.829	1.894	1.872
I.3 Títulos em Tesouraria	66.261	66.775	67.292
Dívida MERCADO/PIB	31,8%	33,1%	33,0%

A relação DPMFi em mercado/PIB caiu de 33,1%, em outubro, para 33,0%, em novembro.

Tal comportamento da DPMFi em mercado deveu-se à emissão de R\$ 15,9 bilhões em títulos, contra R\$ 15,0 bilhões de resgates e cancelamentos, além da apropriação de juros e encargos no valor de R\$ 3,4 bilhões.

TABELA 4
EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS
DPMFi EM MERCADO BRASIL, Nov/99

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	
			Total
I. Emissões	15.766	164	15.930
II. Resgates	14.969		14.969
III. Cancelamentos	31		31
IV. Valor líquido (I-II-III)	766	164	930

A emissão líquida de R\$ 929,8 milhões, assim como a apropriação de juros ocorrida em novembro, foi bastante inferior aos meses anteriores.

Em novembro, o Tesouro manteve a estratégia de emissão de LTN com prazo em torno de três e seis meses, além de LFT de doze meses. Com efeito, do total de R\$ 15,8 bilhões em emissões financeiras, R\$ 4,5 bilhões foram de LFT, e R\$ 11,3 bilhões de LTN. As LTN foram emitidas com prazo de vencimento de até 222 dias e as LFT com prazo de até 364 dias, conforme se pode observar na tabela 5.

TABELA 5
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO
BRASIL, NOV/99

(R\$ milhões)

Data de Emissão	Título	Data de Vencimento	Deságio no Período	Valor	
				Nominal	Financeiro
01/11/99	CTN	01/11/2019	89,63%	25,0	2,6
05/11/99	LTN	03/05/2000	9,633%	500,0	456,1
05/11/99	LFT	01/11/2000	0,199%	1.000,0	998,0
10/11/99	LTN	09/02/2000	4,678%	4.000,0	3.821,3
10/11/99	LFT	08/11/2000	0,181%	1.000,0	998,2
12/11/99	LTN	03/05/2000	9,391%	1.000,0	914,2
17/11/99	LTN	16/02/2000	4,940%	2.000,0	1.905,8
17/11/99	LFT	15/11/2000	0,191%	1.500,0	1.497,1
19/11/99	LTN	03/05/2000	9,474%	1.000,0	913,5
24/11/99	LTN	23/02/2000	5,071%	2.500,0	2.379,3
24/11/99	LFT	22/11/2000	0,193%	1.000,0	998,1
26/11/99	LTN	05/07/2000	13,430%	1.000,0	881,6
TOTAL				16.525,0	15.765,7

O Tesouro Nacional manteve, em novembro, a mesma estratégia de colocação de títulos dos meses anteriores.

As emissões não-financeiras totalizaram R\$ 164,4 milhões, sendo R\$ 93,3 milhões referentes à emissão de NTN-I para equalização das taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), e R\$ 71,1 milhões de CDP, adquiridos por devedores do INSS para quitação de dívida junto à Previdência Social.

Ao final de novembro, verificou-se que a composição da DPMFi em mercado manteve-se praticamente inalterada, conforme demonstrado na tabela 6. As LFT (incluindo LFT-A e LFT-B) continuaram compondo mais da metade dos títulos, atingindo 64,7% do estoque no mês.

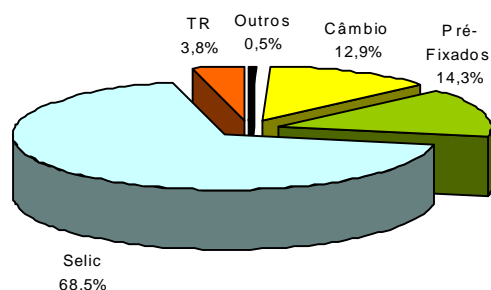
Composição da dívida

Quanto à remuneração, o gráfico abaixo mostra que a grande maioria dos títulos em poder do mercado (68,5%) permanece indexada à taxa Selic. A participação relativa dos títulos cambiais no estoque da DPMFi continua se reduzindo, tendo passado de 13,2%, em outubro, para 12,9%, em novembro. É importante ressaltar que, com exceção da NTN-I, não tem havido colocação primária de títulos vinculados ao câmbio.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi
BRASIL, 1999

Indexador	1999 (%)		
	Set	Out	Nov
Selic	69,7	67,7	68,5
Câmbio	13,6	13,2	12,9
Pré-Fixados	12,1	14,8	14,3
TR	4,0	3,8	3,8
Outros	0,6	0,4	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DPMFi em Mercado
Brasil, Nov/99



Custo e Prazo Médios

O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado, excetuando-se os cambiais, foi de 18,90% em novembro, contra 19,05% verificados no mês anterior. Se incluídos os títulos vinculados à taxa de câmbio, o custo médio anual dos títulos em mercado caiu para 15,41% ao ano, devido ao comportamento desta variável no mês.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1998/1999

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1998 Nov	32,80		36,08	
Dez	31,32		33,71	
1999 Jan	30,42	227,40	30,90	311,41
Fev	37,11	49,22	38,24	53,33
Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado dos títulos competitivos (exceto os cambiais) reduziu-se de 19,05%, em outubro, para 18,90%, em novembro.

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitida sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou queda em relação ao mês anterior: de 9,30 meses, em outubro, para 8,59 meses, em novembro. Esta redução ainda está associada ao aumento gradual da participação relativa das LTN no estoque de títulos. Apesar de ter se mantido, em novembro, a estratégia de alongamento dos títulos pré-fixados, os prazos desses papéis ainda são relativamente curtos, o que provoca redução do prazo médio. Vale ressaltar, por outro lado, que desta forma tem-se uma menor sensibilização da dívida às flutuações de curto prazo das taxas de juros de mercado.

O saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional atingiu R\$ 231,3 bilhões (23,4%), mantendo-se praticamente estável em relação ao PIB. Em termos nominais, no entanto, houve crescimento de R\$ 2,7 bilhões no mês, sendo R\$ 2,2 bilhões referentes aos haveres de responsabilidade da STN, e R\$ 555,0 milhões à variação do saldo de aplicações financeiras de fundos, autarquias e fundações.

Do lado da STN, contribuiu para esse comportamento, além da variação positiva dos indicadores econômicos que atualizam a dívida contratual, a emissão de crédito securitizado, no valor de R\$ 150,2 milhões, referente ao acordo firmado entre a STN e a Transbrasil S/A.

Merece destaque, também, o cancelamento de R\$ 63,8 milhões correspondentes às seguintes operações: i) R\$ 6,4 milhões referentes aos créditos securitizados recebidos no leilão de CDP em 17/11; ii) R\$ 10,1 milhões recebidos pelo INSS e trocados por CDP; iii) R\$ 42,0 milhões recebidos do Banco Bozano Simonsen S/A em pagamento da aquisição do Banco Meridional S/A; iv) R\$ 3,7 milhões recebidos de estado em pagamento de dívida no âmbito da Lei nº 9.496/97; e v) R\$ 1,7 milhões referentes a créditos securitizados recebidos pelo Tesouro Nacional em troca de NTN-P emitidos em fevereiro deste ano.

TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)	
1998	Nov	31,04	7,83
	Dez	29,75	7,13
1999	Jan	35,22	8,70
	Fev	34,22	9,73
	Mar	31,09	10,16
	Abr	28,86	10,06
	Mai	28,13	9,95
	Jun	27,42	10,63
	Jul	28,28	13,15
	Ago	28,48	11,12
	Set	27,06	10,25
	Out	25,48	9,30
	Nov	24,44	8,59

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

Dívida Contratual Interna

A Tabela 9, a seguir, demonstra o comportamento da Dívida Contratual Interna ao longo dos últimos três meses.

TABELA 9
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Set	Out	Nov
TOTAL DA STN	-161.835	-164.234	-166.398
Dívida Bancária	39.083	39.210	39.389
Crédito Securitizado (exceto CVS)	20.853	20.099	20.380
CVS	8.018	7.695	7.746
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.151	3.230	3.261
Certificados de Privatização	40	40	40
INSS	-9.531	-9.664	-9.909
Lei 7.976/89	-11.789	-12.004	-11.712
Bônus Renegociação	-19.603	-19.549	-19.299
Lei 8.727/93	-42.815	-42.977	-43.193
Lei 9.496/97	-100.676	-102.005	-103.692
Renegociação de dívidas dos Municípios	-2.738	-2.782	-2.866
Recebíveis dos Estados	-3.715	-3.788	-3.878
Recebíveis das Estatais	-19.104	-19.375	-19.599
Outros	-9.670	-9.540	-9.513
Créditos das Operações Oficiais	-9.401	-10.230	-10.728
Arrecadação a Recolher	-3.938	-2.595	-2.824
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-62.654	-64.328	-64.883
Fat	-43.722	-45.003	-45.521
Demais Entidades	-18.932	-19.325	-19.362
TOTAL	-224.489	-228.562	-231.281
TOTAL/PIB	-23,4%	-23,5%	-23,4%
TOTAL DA STN/PIB	-16,8%	-16,9%	-16,8%

O saldo dos haveres contratuais internos manteve-se em 23,4% do PIB.

Com relação à dívida contratual de fundos, autarquias e fundações, verificou-se aumento de R\$ 517,8 milhões nas disponibilidades do FAT e de R\$ 37,5 nas demais entidades. No caso do FAT, tal aumento esteve associado, em sua maior parte, à apropriação de receitas decorrentes da atualização (cambial e TJLP), sobre o saldo dos empréstimos concedidos pelo BNDES.

O custo médio anual dos créditos securitizados foi de 24,86%.

Quanto ao prazo médio dos créditos securitizados, houve pequena queda: de 167,24 meses, em outubro, para 166,12 meses em novembro. O custo médio anual dos mesmos atingiu 24,86% no mês, crescendo em relação ao observado no mês anterior.

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 125,6 bilhões em novembro, mantendo-se, em relação ao PIB, no mesmo patamar do mês anterior, 12,7%, conforme pode-se ver na tabela 10.

Dívida Externa

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 1999

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Set	Out	Nov
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	95.452	95.121	95.856
1.1. Bônus de Renegociação	70.776	66.228	65.201
Brazil Investment Bond (BIB)	1.615	1.641	1.615
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.765	4.841	4.766
Par Bond (PB)	8.013	7.557	7.440
Discount Bond (DB)	10.398	7.709	7.589
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.340	3.394	3.341
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	14.046	12.995	12.793
Debt Conversion Bond (DCB)	16.286	15.668	15.425
New Money Bond (NMB)	4.304	4.373	4.305
Eligible Interest (EI)	8.008	8.051	7.926
1.2. Bônus de Captação	24.675	28.893	30.655
Samurai Bond	541	562	566
Global Bond	1.442	1.465	1.442
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	1.050	1.053	992
Parallel Franco	313	314	296
Parallel Florim	373	374	352
Parallel Xelim	298	299	282
Global Bond 2027	6.728	6.836	6.729
Euroaira Bond	795	798	751
Eurosterling Bond 2007	476	483	462
Euro Bond 2003	1.029	1.032	972
Global 2008	787	790	744
DM 2008	2.403	2.441	2.403
Global 2004	5.767	5.859	5.768
Euro Bond 2002	1.646	1.651	1.554
Euro Bond 2004	1.029	1.032	972
Global Bond 2009	0	3.906	3.845
Euro Bond 2006	0	0	1.360
Euro Bond 2001	0	0	1.166
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.979	-6.044	-5.915
3. DÍVIDA CONTRATUAL	34.763	34.850	36.153
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-488	-500	-505
5. TOTAL (1+2+3+4)	123.747	123.427	125.590
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,9%	12,7%	12,7%

Em novembro, a relação Dívida Externa em Mercado/PIB manteve-se no mesmo patamar de outubro, 12,7%.

A valorização do câmbio no mês (cerca de 1,6%) contribuiu para compensar o crescimento da dívida externa, em dólares americanos, decorrente das emissões de Eurobônus e do aumento das liberações de recursos efetuados por organismos financeiros multilaterais. No acumulado de janeiro a novembro, o saldo da dívida externa, em dólares americanos, cresceu apenas 2,6%. Isso não obstante, a desvalorização da taxa de câmbio no mesmo período fez com que a dívida externa do Tesouro em

proporção do PIB ascendesse, em novembro de 1999, a 12,7%, contra 8,5% em dezembro de 1998.

O destaque do mês foi o retorno do Brasil ao mercado de euros através dos lançamentos dos Eurobônus 2006 e 2001. O lançamento do Eurobônus 2006, *coupon* de 12% e com valor inicial de Euro 300 milhões, foi muito bem aceito pelo mercado, razão pela qual o valor foi ampliado para Euro 500 milhões. O Eurobônus 2001 foi lançado no montante de Euro 600 milhões, com *coupon* de 8,25% a.a.

O sucesso das emissões pode ser atribuído a diversos motivos. Os mais importantes foram a extensão da maturidade da *yield curve* brasileira no mercado de Euro, com o Euro 2006, e o estabelecimento de uma referência de curto prazo com o Euro 2001, além da consolidação de um novo *benchmark* que possibilitará a cobertura de possíveis necessidades de financiamento futuras.

Foram pagos, em novembro, R\$ 548,1 milhões, entre juros e encargos da dívida externa.

Por fim, em novembro, foram efetuados pagamentos de juros e encargos da dívida externa no montante de R\$ 548,1 milhões. Destaque para os serviços da dívida mobiliária, no total de R\$ 427,5 milhões, principalmente referentes ao *Global 2027*, com R\$ 342,8 milhões, conforme discriminado na tabela 11 abaixo. Os demais R\$ 120,7 milhões foram pagamentos regulares a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais.

TABELA 11
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 1999

Discriminação	(R\$ milhões)
	Novembro 1999
I. Encargos Totais	548,1
I.1. Organismos Multilaterais	94,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	25,9
I.3. Dívida Mobiliária	427,5
Euro 2001 ²	6,5
Euro 2006 ²	13,4
Global 2001 ³	64,7
Global 2027 ⁴	342,8

2 - Títulos de Captação, emitidos no euromercado de acordo com a Resolução nº 23/99 do Senado Federal.

3 - Título de Captação, emitido de acordo com a Resolução nº 57/95 do Senado Federal.

4 - Título de Captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos Brady Bonds (*Exchange Offer*), de acordo com a Resolução nº 69/96 do Senado Federal.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. RECEITA TOTAL	14.567,8	20.054,9	15.265,6	16.129,0	19.778,3	16.245,6	14.512,7	17.970,3	18.024,2	17.669,3	18.115,9	17.113,0	17.257,9
I.1. Receitas do Tesouro	11.170,9	13.744,5	11.742,1	12.577,0	16.100,2	12.442,8	10.789,3	13.861,0	14.106,0	13.735,7	14.201,6	13.212,4	13.325,0
I.1.1 Receita Administrada Bruta	8.683,5	11.275,6	10.042,4	12.000,1	12.040,4	11.198,0	9.611,7	10.811,7	13.329,9	10.540,6	13.141,4	12.223,6	12.580,3
I.1.2. (-) Restituições	(226,8)	(232,4)	(82,5)	(160,7)	(115,7)	(144,9)	(136,9)	(709,4)	(760,9)	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	491,1	1.167,5	537,7	514,2	502,1	608,5	581,9	558,9	657,7	788,0	519,9	578,7	591,1
I.1.4. Demais Receitas	2.293,1	1.592,8	1.317,2	308,2	3.695,3	932,6	807,2	3.230,8	929,6	3.236,8	920,1	1.032,0	580,4
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(70,1)	(59,0)	(72,7)	(84,8)	(21,8)	(151,4)	(74,6)	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.396,9	6.310,4	3.523,5	3.552,0	3.678,1	3.802,8	3.723,3	4.109,3	3.918,3	3.933,6	3.914,3	3.900,6	3.932,9
II. DESPESA TOTAL	15.755,2	18.670,6	14.341,5	14.274,8	15.249,1	13.809,9	15.252,5	14.043,5	15.814,8	15.061,8	14.653,4	15.725,9	15.973,1
II.1. Transferência a Estados e Municípios	2.100,8	2.480,5	2.880,3	2.789,2	3.075,6	2.762,5	2.960,5	2.078,9	2.313,2	2.496,5	2.332,2	2.750,3	2.615,7
II.1.1. Transferências Constitucionais	1.945,0	1.952,7	2.501,9	2.569,3	2.608,0	2.380,8	2.561,1	1.743,0	1.732,0	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0
II.1.2. Lei Complementar 87/96	147,8	436,4	351,8	211,4	413,6	358,2	373,5	303,1	545,3	312,7	297,8	294,2	286,4
II.1.3. Demais	7,9	91,4	26,6	8,6	54,0	23,5	25,9	32,7	35,9	36,2	31,7	72,4	52,3
II.2. Benefícios Previdenciários	4.743,6	7.887,0	4.320,8	4.267,7	4.324,9	4.349,8	4.374,1	4.442,3	4.631,2	4.621,4	4.623,5	4.727,1	5.153,7
II.3. Despesas da Administração Federal	8.746,5	7.850,0	6.975,0	7.025,6	7.697,2	6.534,3	7.712,7	7.421,0	8.641,5	7.749,6	7.528,7	7.642,0	7.997,3
II.3.1. Pessoal e Encargos	4.893,9	2.690,5	3.735,3	4.316,7	3.413,4	3.772,0	3.685,5	4.067,8	4.913,8	3.783,7	3.663,1	3.884,6	4.012,5
- INSS	291,0	113,2	202,2	267,5	189,6	259,1	187,8	254,6	307,1	219,3	244,3	251,5	239,1
- Demais	4.602,9	2.577,3	3.533,1	4.049,2	3.223,8	3.512,9	3.497,7	3.813,2	4.606,7	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.852,5	5.159,4	3.239,7	2.708,9	4.283,8	2.762,3	4.027,2	3.353,2	3.727,7	3.965,9	3.865,6	3.757,4	3.984,8
- Abono e Seguro Desemprego	337,9	373,6	339,7	378,5	584,1	251,4	483,1	347,2	378,6	480,5	529,4	274,8	294,3
- Desapropriação para Reforma Agrária	97,7	96,0	33,2	21,4	7,5	10,2	4,0	14,2	23,0	33,5	25,8	71,4	51,8
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.416,9	4.689,8	2.866,8	2.309,0	3.692,2	2.500,7	3.540,1	2.991,8	3.326,1	3.451,9	3.310,5	3.411,2	3.638,7
II.4. Subsídios e Subvenções	164,4	453,1	165,5	192,3	151,5	163,4	205,3	101,3	229,0	194,4	168,9	606,4	206,4
II.4.1. Operações Oficiais de Crédito	136,6	257,6	86,7	122,3	121,7	124,1	138,0	45,2	158,9	129,4	101,6	545,7	147,1
- Equalização de Custeio Agropecuário	20,2	17,6	16,4	16,1	16,7	22,1	17,8	13,6	11,4	10,1	7,4	8,2	8,5
- Investimento Rural e Agroindustrial	-	-	1,3	0,0	-	-	-	-	-	3,8	-	-	-
- Política de Preços Agrícolas	33,4	125,1	(30,9)	(38,9)	9,4	22,6	24,5	6,7	12,7	22,4	70,5	160,7	18,3
- Equalização do Pronaf	13,8	15,0	22,2	42,7	16,4	17,3	18,4	20,0	22,9	59,2	17,8	1,5	25,2
- Equalização do Proex	69,2	43,2	77,6	102,4	79,2	62,2	77,2	4,9	111,9	33,8	6,0	121,7	95,1
- Equalização da Securitização da Dívida Agrícola	-	56,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	253,6	-
II.4.2. Subvenções dos Fundos Regionais	27,9	195,5	78,8	70,0	29,8	39,3	67,3	56,1	70,1	65,0	67,3	60,6	59,4
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(1.187,4)	1.384,3	924,1	1.854,2	4.529,2	2.435,7	(739,8)	3.926,8	2.209,4	2.607,5	3.462,6	1.387,1	1.284,8
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	159,2	2.960,9	1.721,4	2.569,9	5.176,0	2.982,7	(89,1)	4.259,8	2.922,3	3.295,4	4.171,8	2.213,7	2.505,6
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(1.346,6)	(1.576,6)	(797,3)	(715,7)	(646,8)	(547,0)	(650,7)	(333,0)	(712,9)	(687,9)	(709,2)	(826,5)	(1.220,8)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(53,7)	357,5	(42,0)	(15,2)	(116,4)	(49,5)	(57,3)	(19,6)	(97,2)	(61,8)	(47,1)	(67,3)	(63,3)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(1.241,1)	1.741,8	882,0	1.839,0	4.412,9	2.386,2	(797,1)	3.907,2	2.112,2	2.545,7	3.415,5	1.319,8	1.221,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	9.530,7	13.098,5	10.037,5	11.348,6	13.593,5	14.334,1	11.314,8	10.607,0	14.508,8	13.438,3	14.122,9	13.156,2	13.052,5
I.1 - Recolhimento Bruto	9.176,9	12.577,6	9.266,6	10.630,3	13.030,9	13.466,5	10.787,5	9.874,9	11.999,8	12.494,0	13.485,2	12.116,4	12.531,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(70,1)	(59,0)	(72,7)	(84,8)	(67,0)	(106,2)	(74,6)	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	138,9	249,6	441,9	454,2	377,0	735,2	382,8	533,6	1.947,2	746,1	457,4	837,0	368,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	271,8	323,6	396,8	345,5	250,4	235,6	216,7	227,6	610,6	238,5	225,4	259,2	206,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	13,2	6,8	4,8	3,4	2,1	3,0	2,4	2,1	1,6	1,5	1,5	1,9	1,8
II. DESPESAS	11.827,4	16.343,4	11.732,3	13.167,5	14.693,2	14.868,3	13.410,0	13.121,3	14.872,8	12.508,1	11.873,1	13.901,7	12.742,4
II.1 - Liberações Vinculadas	2.762,5	4.529,7	3.506,8	3.355,4	3.800,6	3.417,1	3.557,6	2.716,6	2.959,2	3.267,0	2.948,5	3.506,3	3.389,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.065,3	2.073,2	2.658,1	2.710,0	2.787,9	2.527,9	2.720,0	1.849,2	1.837,6	2.279,3	2.125,6	2.530,1	2.416,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	57,2	110,7	26,6	8,6	54,0	23,5	25,9	32,7	36,2	31,7	31,7	72,4	52,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	147,8	335,2	351,8	211,4	413,6	305,3	346,1	279,9	541,4	308,0	293,0	283,9	281,3
II.1.4 - Outras Vinculações	492,2	2.010,6	470,3	425,5	545,1	560,4	465,6	554,7	544,3	643,5	498,2	619,8	639,4
II.2 - Liberações Ordinárias	9.064,9	11.813,7	8.225,5	9.812,0	10.892,6	11.451,2	9.852,4	10.404,8	11.913,6	9.241,0	8.924,7	10.395,4	9.353,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.116,1	2.957,5	3.841,0	4.480,1	3.581,1	3.787,4	3.654,9	4.117,8	5.017,6	3.924,8	3.934,9	3.716,6	4.107,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	514,5	1.958,3	282,7	325,9	704,4	2.298,5	790,7	1.024,8	285,4	317,5	889,3	2.515,0	1.036,7
i) Dívida Contratual Interna	209,0	687,8	227,5	179,0	283,1	177,1	278,9	230,2	177,2	194,1	265,9	207,1	488,5
ii) Dívida Contratual Externa	305,4	1.270,5	55,2	146,9	421,3	2.121,4	511,8	794,6	108,2	123,4	623,4	2.307,9	548,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.702,8	482,1	2.446,7	2.775,6	3.270,1	2.714,2	2.171,3	2.501,0	3.852,3	2.010,7	584,6	1.122,2	446,9
II.2.4 - Custeio e Investimento	1.514,8	6.128,7	1.456,8	1.981,8	3.126,8	2.454,7	3.038,2	2.647,3	2.542,4	2.808,7	3.377,5	2.702,1	3.532,2
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	216,8	287,1	198,4	248,6	210,2	196,5	197,3	114,0	216,0	179,2	138,2	339,5	229,7
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(2.296,7)	(3.244,9)	(1.694,8)	(1.818,9)	(1.099,7)	(534,2)	(2.095,2)	(2.514,3)	(364,0)	930,2	2.249,8	(745,4)	310,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	12.078,0	11.605,0	7.597,5	15.537,3	37.263,1	30.552,3	28.770,9	30.620,6	22.300,0	27.603,0	23.232,7	26.472,0	22.054,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	11.935,1	11.185,4	7.104,8	15.401,8	34.933,5	26.857,9	28.402,1	30.148,5	21.706,1	23.333,0	21.813,7	26.085,6	15.801,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	142,9	419,6	492,7	135,5	2.329,7	3.694,4	368,8	472,2	594,0	4.269,9	1.419,0	386,4	6.252,5
V. DESPESAS	9.078,3	3.739,6	15.091,7	15.575,8	21.112,1	14.208,7	11.035,7	18.405,1	28.023,4	20.497,7	17.954,1	14.355,2	15.427,6
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	8.605,7	2.035,9	14.521,4	14.948,2	19.801,6	13.846,3	10.496,8	15.552,5	27.753,8	19.898,9	16.941,4	13.805,3	13.452,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	463,5	1.224,5	300,5	627,6	1.310,6	362,4	538,9	2.852,6	269,5	598,8	1.012,8	481,1	1.743,9
V.2.1 - Dívida Interna	276,7	333,7	228,3	235,0	123,3	237,2	299,4	299,4	207,6	271,9	171,7	189,2	1.567,2
V.2.2 - Dívida Externa	186,8	890,9	72,1	392,6	1.160,9	239,1	301,7	2.553,2	61,9	326,9	841,0	291,9	176,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	9,1	479,2	269,8	-	-	-	-	-	-	-	-	68,8	231,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	3.329,4	9.149,4	(7.416,6)	453,6	15.131,9	13.011,7	17.905,4	14.595,9	(6.047,7)	3.434,1	4.872,4	12.280,3	2.349,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	1.224,7	886,5	640,7	(616,7)	14,7	1.642,7	63,8	1.187,6	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	1.927,7	5.507,0	(8.548,3)	(2.474,1)	15.065,9	17.452,2	15.703,8	10.888,8	(6.010,4)	7.894,3	8.012,1	9.191,8	8.706,2

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.641,5	1.371,9	1.148,6	9.935,5	6.628,4	5.082,7	11.431,7	3.481,5	1.782,7	1.529,2	1.410,1	1.557,4	2.414,5
I.1. Emissão de Títulos	300,1	245,1	-	8.849,1	5.491,2	3.722,8	9.791,0	1.909,5	-	39,5	5,8	4,1	881,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.341,4	1.126,8	1.148,6	1.086,3	1.137,1	1.359,9	1.621,0	1.555,0	1.745,6	1.456,8	1.386,9	1.529,8	1.456,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-	-	-	-	-	-	19,7	17,0	37,1	33,0	17,4	23,5	76,5
II. DESPESAS NO BACEN	416,8	485,3	507,9	10.552,1	6.613,7	3.440,0	11.368,0	2.293,9	1.705,8	1.670,4	926,3	3.737,0	645,0
II.1. Resgate de Títulos	344,6	402,4	416,8	9.051,0	5.725,8	2.965,7	9.771,5	1.855,5	1.458,1	1.476,2	706,4	3.409,1	511,6
II.2. Encargos da DPMF	72,2	83,0	91,1	1.501,1	887,9	474,3	1.596,5	438,4	247,8	194,1	220,0	327,9	133,4
III. RESULTADO (I - II)	1.224,7	886,5	640,7	(616,7)	14,7	1.642,7	63,8	1.187,6	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	20,2	17,6	16,4	16,1	16,7	22,1	17,8	13,6	11,4	10,1	7,4	8,2	8,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	-	1,3	-	-	-	-	-	-	3,8	-	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	33,4	125,1	(30,9)	(38,9)	9,4	22,6	24,5	6,7	12,7	22,4	70,5	160,7	18,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,7	1,1	1,2	0,9	0,9	1,4	1,2	1,0	0,7	0,5	0,6	0,6	0,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	21,8	94,8	(42,0)	(43,8)	8,5	19,7	22,1	8,6	12,0	21,0	65,9	147,0	7,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,0	29,2	10,0	4,0	-	1,5	1,2	(2,9)	0,0	1,0	4,0	13,0	10,8
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	13,8	15,0	22,2	42,7	16,4	17,3	18,4	20,0	22,9	59,2	17,8	1,5	25,2
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	69,2	43,2	77,6	102,4	79,2	62,2	77,2	4,9	111,9	33,8	6,0	121,7	95,1
VI. TOTAL	136,6	200,9	86,7	122,3	121,7	124,1	138,0	45,2	158,9	129,4	101,6	292,1	147,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. DÍVIDA INTERNA	19.545,1	22.488,9	24.284,5	18.242,6	24.018,3	39.614,9	61.745,3	71.815,9	67.707,3	78.672,5	81.189,2	93.514,7	95.149,3
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	198.502,2	213.612,5	229.447,1	234.421,3	239.454,8	255.501,5	275.977,8	284.027,0	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1
Dívida Bancária	39.670,3	39.723,2	39.825,2	37.598,4	37.856,4	38.216,8	38.619,3	38.738,1	38.705,1	38.981,2	39.083,1	39.209,8	39.389,1
Crédito Securitizado (exceto CVS)	16.209,8	16.630,1	16.856,7	17.626,6	18.196,6	18.653,0	18.596,1	19.562,3	19.701,2	20.687,4	20.852,8	20.099,4	20.380,1
CVS	7.238,2	7.273,4	7.362,6	7.436,2	7.533,9	7.657,9	7.741,6	7.832,6	7.894,7	7.955,9	8.017,7	7.695,1	7.745,8
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.933,5	3.059,7	3.094,0	3.116,8	3.122,2	3.181,4	3.181,1	3.190,5	3.183,6	3.174,0	3.150,8	3.229,8	3.261,0
Debêntures	573,4	575,1	583,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Privatização	38,0	38,2	38,4	38,7	39,0	39,4	39,6	39,8	39,9	41,9	40,2	40,3	40,4
INSS	-7.740,1	-7.926,0	-8.098,6	-8.291,3	-8.567,7	-8.769,3	-8.946,3	-9.095,9	-9.246,8	-9.391,8	-9.531,5	-9.664,2	-9.908,7
Lei 7.976/89	-8.853,5	-8.835,6	-12.291,9	-12.786,4	-11.388,9	-10.937,6	-11.231,1	-11.131,1	-11.245,2	-11.889,3	-11.788,6	-12.004,4	-11.712,4
Bônus Renegociação	-16.869,5	-12.319,7	-21.045,1	-21.578,6	-18.525,9	-17.410,0	-17.901,6	-18.368,0	-18.106,5	-19.429,5	-19.603,0	-19.549,1	-19.298,6
Lei 8.727/93	-40.574,8	-40.624,6	-40.905,9	-41.110,4	-41.409,4	-41.814,5	-42.242,8	-42.376,6	-42.367,3	-42.678,1	-42.815,2	-42.977,0	-43.193,4
Lei 9.496/97	-79.602,7	-83.600,8	-85.285,6	-87.526,0	-91.520,3	-93.588,4	-95.886,5	-96.214,9	-97.061,5	-98.813,7	-100.676,2	-102.004,8	-103.692,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-2.673,2	-2.698,2	-2.737,7	-2.781,6	-2.865,8
Recebíveis dos Estados	-3.023,2	-3.032,5	-3.077,1	-3.127,6	-3.282,4	-3.363,7	-3.391,9	-3.396,8	-3.569,8	-3.644,2	-3.715,0	-3.788,0	-3.878,4
Recebíveis das Estatais	-16.233,3	-29.665,3	-29.337,8	-29.707,2	-25.350,1	-25.435,2	-24.795,9	-20.982,5	-21.135,1	-17.562,7	-19.104,1	-19.375,2	-19.599,4
Outros	-10.289,5	-9.369,9	-8.719,8	-8.412,4	-9.176,8	-9.098,4	-9.420,3	-9.570,5	-9.807,7	-9.648,1	-9.669,9	-9.539,6	-9.512,6
Fat	-36.734,1	-37.413,5	-38.074,0	-38.439,3	-41.623,2	-42.030,2	-41.056,6	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8
Demais Entidades	-16.301,9	-16.185,9	-15.947,0	-16.564,7	-16.653,5	-16.324,2	-16.211,0	-16.797,8	-16.910,7	-17.119,5	-18.932,1	-19.324,7	-19.362,2
Créditos das Operações Oficiais	-7.562,6	-7.927,6	-7.952,4	-10.671,3	-11.006,3	-12.166,7	-9.334,3	-9.424,8	-9.295,4	-9.229,8	-9.400,6	-10.230,0	-10.728,2
Arrecadação a Recolher	-1.835,0	-1.522,0	-2.188,0	-3.780,0	-3.680,0	-2.697,0	-1.992,0	-2.577,0	-3.790,0	-1.895,0	-3.937,6	-2.595,1	-2.824,3
II. DÍVIDA EXTERNA	76.100,5	76.849,3	123.869,9	128.863,2	108.665,5	106.986,2	109.979,1	110.674,1	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7
Dívida Mobiliária	58.541,7	58.983,9	94.824,0	98.529,6	81.987,3	81.896,9	84.840,9	85.301,5	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8
Títulos Depositados em Garantias	-4.182,0	-4.184,3	-6.969,6	-6.754,3	-5.568,0	-5.428,1	-5.572,0	-5.684,5	-5.564,7	-5.904,4	-5.979,2	-6.044,1	-5.914,8
Dívida Contratual	22.118,9	22.447,1	36.477,5	37.546,8	32.713,7	30.980,9	31.175,1	31.564,3	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3
Disponibilidades	-378,2	-397,4	-462,0	-458,8	-467,5	-463,4	-464,9	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	95.645,7	99.338,3	148.154,4	147.105,9	132.683,9	146.601,1	171.724,4	182.490,0	182.001,8	200.784,9	204.936,4	216.941,9	220.739,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	10,6%	11,0%	16,4%	16,2%	14,5%	15,9%	18,6%	19,6%	19,4%	21,1%	21,3%	22,3%	22,3%

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	58.541,7	58.983,9	94.824,0	98.529,6	81.987,3	81.896,9	84.840,9	85.301,5	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	47.928,6	48.227,9	77.357,5	80.540,4	67.079,2	62.619,1	65.005,9	65.257,7	65.984,3	70.597,9	70.776,0	66.228,2	65.200,7
Brazil Investment Bond (BIB)	1.081,3	1.088,0	1.785,2	1.858,6	1.498,4	1.445,1	1.500,1	1.539,7	1.556,9	1.667,1	1.615,0	1.640,8	1.615,3
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.264,9	5.297,8	6.954,0	7.240,1	6.038,1	5.490,4	5.699,7	4.386,3	4.435,1	4.749,2	4.765,0	4.841,1	4.766,0
Par Bond (PB)	5.070,4	5.102,0	8.336,4	8.679,4	7.200,2	6.943,9	7.208,6	7.398,8	7.481,2	7.986,5	8.013,2	7.556,8	7.439,6
Discount Bond (DB)	6.497,4	6.537,9	10.727,3	11.168,6	9.314,4	8.982,8	9.325,2	9.571,3	9.677,9	10.363,2	10.397,9	7.708,9	7.589,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.087,3	2.100,4	3.446,2	3.588,0	2.992,3	2.885,8	2.995,8	3.074,9	3.109,1	3.329,3	3.340,4	3.393,7	3.341,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.777,3	8.832,1	14.491,5	15.087,7	12.582,9	12.134,9	12.597,5	12.929,9	13.073,9	13.999,7	14.046,5	12.994,9	12.793,3
Debt Conversion Bond (DCB)	10.198,1	10.261,8	16.837,2	17.530,0	14.619,7	14.099,2	14.636,6	15.022,9	15.190,2	16.231,3	16.285,6	15.668,4	15.425,3
New Money Bond (NMB)	2.689,6	2.706,3	4.440,5	4.623,2	3.855,7	3.718,4	3.860,1	3.962,0	4.006,1	4.289,8	4.304,1	4.372,9	4.305,0
Eligible Interest (EI)	6.262,4	6.301,5	10.339,3	10.764,7	8.977,5	6.918,5	7.182,2	7.371,8	7.453,9	7.981,7	8.008,4	8.050,6	7.925,7
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	10.613,1	10.756,0	17.466,5	17.989,2	14.908,2	19.277,7	19.835,0	20.043,8	21.980,0	23.469,5	24.675,5	28.893,3	30.655,1
Samurai Bond	292,0	321,6	510,4	519,4	433,9	416,4	425,0	437,6	467,7	523,4	541,0	561,8	565,5
Caravella Bond	82,8	84,3	134,8	136,2	111,1	105,1	-	-	-	-	-	-	-
Eurosterling Bond	198,3	200,6	327,0	331,5	277,8	267,7	276,8	-	-	-	-	-	-
Global Bond	900,9	906,5	1.487,4	1.548,6	1.291,5	1.245,5	1.293,0	1.327,1	1.341,9	1.436,9	1.441,7	1.464,8	1.442,0
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	708,1	727,8	1.151,7	1.163,6	948,6	897,5	918,5	937,0	979,3	1.034,5	1.049,8	1.053,0	991,5
Parallel Franco	211,2	214,7	343,4	346,9	282,9	267,6	273,9	279,4	292,0	308,5	313,0	314,0	295,6
Parallel Florim	251,2	255,8	408,9	413,1	336,8	318,6	326,1	332,6	347,6	367,3	372,7	373,8	352,0
Parallel Xelim	201,1	204,8	327,4	330,8	269,7	255,1	261,1	266,4	278,4	294,1	298,4	299,4	281,9
Global Bond 2027	4.204,2	4.230,5	6.941,2	7.226,8	6.027,0	5.812,5	6.034,0	6.193,3	6.262,2	6.705,7	6.728,1	6.835,5	6.729,5
Eurolira Bond	535,8	545,4	872,5	881,5	718,7	679,9	695,8	709,9	741,9	783,7	795,3	797,8	751,1
Eurosterling Bond 2007	297,4	300,9	490,5	497,2	416,8	401,5	415,1	419,3	435,8	461,5	475,7	482,7	461,8
Euro Bond 2003	697,5	706,5	1.128,4	1.140,0	929,5	879,4	899,9	918,1	959,5	1.013,6	1.028,6	1.031,8	971,5
Global 2008	531,1	545,8	863,8	872,7	711,5	673,1	688,9	702,8	734,4	775,9	787,3	789,8	743,6
DM 2008	1.501,5	1.510,9	2.479,0	2.581,0	2.152,5	2.075,9	2.155,0	2.211,9	2.236,5	2.394,9	2.402,9	2.441,3	2.403,4
Global 2004	-	-	-	-	-	4.982,1	5.172,0	5.308,5	5.367,6	5.747,7	5.766,9	5.859,0	5.768,1
Euro Bond 2002	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535,2	1.621,8	1.645,7	1.650,9	1.554,5
Euro Bond 2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.028,6	1.031,8	971,5
Global Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.906,0	3.845,4
Euro Bond 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.360,2
Euro Bond 2001	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.165,9
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(4.182,0)	(4.184,3)	(6.969,6)	(6.754,3)	(5.568,0)	(5.428,1)	(5.572,0)	(5.684,5)	(5.564,7)	(5.904,4)	(5.979,2)	(6.044,1)	(5.914,8)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	22.118,9	22.447,1	36.477,5	37.546,8	32.713,7	30.980,9	31.175,1	31.564,3	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(378,2)	(397,4)	(462,0)	(458,8)	(467,5)	(463,4)	(464,9)	(507,2)	(518,8)	(501,4)	(488,4)	(500,2)	(504,7)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	76.100,5	76.849,3	123.869,9	128.863,2	108.665,5	106.986,2	109.979,1	110.674,1	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	8,5%	8,5%	13,8%	14,2%	11,9%	11,6%	11,9%	11,9%	12,2%	12,9%	12,9%	12,7%	12,7%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	317.447,7	342.995,7	361.976,9	368.551,7	379.219,1	399.044,1	419.991,7	430.675,5	434.114,8	443.655,1	455.634,1	470.392,1	478.402,7
I. Dívida com Mercado	198.502,2	213.612,5	229.447,1	234.421,3	239.454,8	255.501,5	275.977,8	284.027,0	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1
LTN	4.822,1	4.913,8	5.007,3	5.093,3	4.359,6	8.981,2	16.219,9	25.806,0	26.984,0	33.976,2	37.047,6	47.659,4	46.773,1
LFT	117.861,0	128.553,3	116.324,2	102.915,1	99.466,6	113.104,7	124.817,4	130.505,7	130.254,4	128.530,5	134.563,9	143.847,0	149.693,7
LFT-A	2.339,0	2.407,2	3.063,2	3.611,0	3.446,4	3.135,3	4.156,5	4.340,7	4.388,3	4.801,2	4.209,9	4.244,1	3.885,7
LFT-B	19.845,5	21.593,0	21.557,4	21.548,9	20.311,4	20.385,6	19.694,2	18.328,8	20.143,5	20.216,1	20.344,8	20.137,9	20.146,7
LFT-E	1.292,7	1.320,2	1.188,1	1.214,9	942,7	964,9	984,4	1.000,8	1.017,4	1.078,8	1.083,8	1.098,8	1.114,0
NTN-A	4.870,1	5.009,4	8.257,3	8.612,8	7.230,0	6.819,1	7.112,6	7.298,2	7.414,1	7.976,8	8.040,2	7.981,1	7.893,4
NTN-B	163,2	228,7	231,8	241,3	249,3	252,3	182,1	183,6	187,4	191,2	194,9	-	-
NTN-D	24.489,9	24.187,2	38.897,0	39.997,1	32.393,7	30.129,5	29.967,6	28.921,9	27.726,1	29.158,1	29.362,1	30.143,9	29.775,8
NTN-I	729,6	752,0	1.311,6	1.437,9	1.234,6	1.216,9	1.301,8	1.298,6	1.383,1	1.470,5	1.439,9	1.540,7	1.552,9
NTN-M	367,2	371,5	613,0	641,3	538,0	505,0	527,5	544,7	554,3	597,3	602,9	594,0	588,3
NTN-P	12.636,3	12.827,6	12.522,5	12.621,1	10.859,2	11.038,9	11.164,6	9.852,4	9.933,5	10.048,9	10.128,1	10.202,0	10.270,2
CFT-D	3.817,9	3.860,8	6.366,3	6.658,0	4.494,2	4.230,1	4.413,0	2.097,6	2.131,4	2.293,7	2.312,3	2.293,1	2.268,3
NTN-E	-	1.509,3	2.412,6	2.469,3	2.541,1	2.641,9	2.652,4	405,5	-	-	-	-	-
NTN-S	-	1.474,8	7.495,1	23.081,1	47.190,1	48.300,2	49.275,3	50.099,1	50.930,2	51.729,0	52.498,3	48.556,7	48.623,6
Demais	5.267,7	4.603,7	4.199,7	4.278,1	4.197,9	3.795,9	3.508,3	3.343,3	3.686,4	3.439,9	3.849,3	3.778,1	3.844,3
II. Dívida com BACEN	118.945,5	129.383,2	132.529,8	134.130,4	139.764,4	143.542,6	80.333,9	82.503,5	82.329,6	82.466,4	83.694,8	81.540,1	84.680,2
LTN	15.537,5	15.834,6	16.137,5	16.416,0	10.821,6	8.503,2	228,4	232,3	236,5	240,7	100,0	-	1.268,4
NTN-B	2.900,2	893,6	905,5	942,6	973,9	985,6	235,3	237,2	242,1	247,1	251,9	-	-
NTN-L	2.229,1	1.346,6	2.218,6	2.318,9	108,1	104,7	-	-	-	-	-	-	-
NTN-S	-	245,5	250,9	9.259,0	10.576,2	10.825,0	11.043,6	11.228,2	11.414,4	11.593,5	11.765,9	11.928,7	12.700,4
LFT-A	81.902,0	85.452,3	86.849,1	88.785,1	93.989,2	96.024,8	33.726,5	34.318,6	34.464,6	34.805,4	35.755,0	36.041,1	36.721,7
LFT	14.091,8	25.607,1	26.164,6	16.405,3	21.457,1	25.317,7	33.241,6	34.570,3	34.033,8	33.494,1	33.993,5	31.676,7	32.117,2
Demais	2.285,0	3,5	3,5	3,5	1.838,2	1.781,6	1.858,7	1.916,9	1.938,3	2.085,6	1.828,5	1.893,7	1.872,4
III. Títulos em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	63.680,0	64.145,0	65.051,2	65.680,6	66.261,3	66.775,2	67.292,4
Dívida Mercado/PIB	22,1%	23,7%	25,5%	25,9%	26,2%	27,8%	29,8%	30,5%	30,5%	31,1%	31,8%	33,1%	33,0%

Obs: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov	Dez/98	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/99
I. INTERNA	-53.036,0	-53.599,4	-54.021,0	-55.004,0	-58.276,7	-58.354,4	-57.267,5	-58.436,3	-60.252,8	-60.795,7	-62.653,9	-64.327,7	-64.883,0
Dívida contratual	508,2	273,2	272,9	272,9	274,4	272,7	273,9	273,7	273,6	273,4	273,3	273,1	272,9
FAT	-36.734,1	-37.413,5	-38.074,0	-38.439,3	-41.623,2	-42.030,2	-41.056,6	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8
Aplicações financeiras	-3.456,4	-2.961,2	-2.551,7	-2.609,0	-2.492,6	-2.431,9	-2.320,1	-2.420,4	-2.379,4	-2.333,2	-2.085,9	-2.113,3	-2.074,5
Fundos Regionais	-8.705,8	-8.751,9	-8.955,7	-9.117,1	-9.359,5	-9.566,5	-9.759,5	-9.912,9	-10.057,6	-10.235,1	-10.403,5	-10.591,9	-10.776,1
Demais	-4.647,9	-4.746,0	-4.712,5	-5.111,5	-5.075,8	-4.598,4	-4.405,3	-4.738,1	-4.747,3	-4.824,6	-6.716,1	-6.892,6	-6.784,6
II. EXTERNA	-378,2	-397,4	-462,0	-458,8	-467,5	-463,4	-464,9	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7
Disponibilidades	-378,2	-397,4	-462,0	-458,8	-467,5	-463,4	-464,9	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-53.414,1	-53.996,8	-54.483,0	-55.462,9	-58.744,2	-58.817,8	-57.732,4	-58.943,5	-60.771,6	-61.297,1	-63.142,4	-64.827,8	-65.387,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,8%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,5%	-7,5%	-7,3%	-7,5%	-7,7%	-7,8%	-8,0%	-8,2%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

NOVEMBRO/99

COMENTÁRIOS

Em novembro os repasses dos Fundos de Participação foram, em termos nominais, menores que os ocorridos em outubro: o FPM registrou queda de 5,3% e o FPE, de 5,0%.

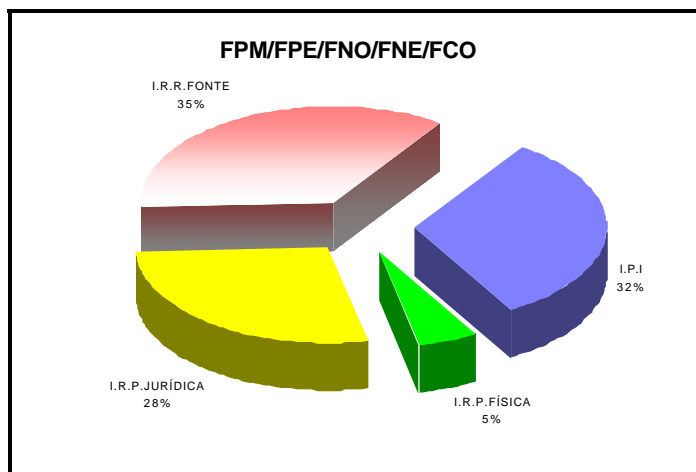
Quando comparados com o mesmo mês de 1998, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 17,6% e 15,6%, respectivamente.

Os valores distribuídos de janeiro até novembro/99 foram, em termos nominais, 10,4% maiores para o FPM e 9,4% para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1998.

Os repasses por conta do IPI foram, em termos nominais, 6,0% maiores em relação aos valores transferidos no mês de outubro/99. Relativamente a novembro/98, observou-se aumento nominal de 23,1%. Já os valores transferidos no período de janeiro a novembro/99, em relação ao mesmo período de 1998, apresentaram decréscimo nominal de 1,2%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em novembro os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



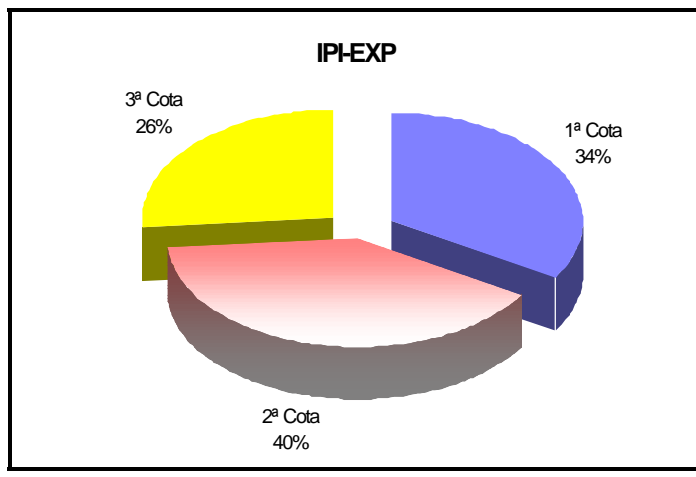
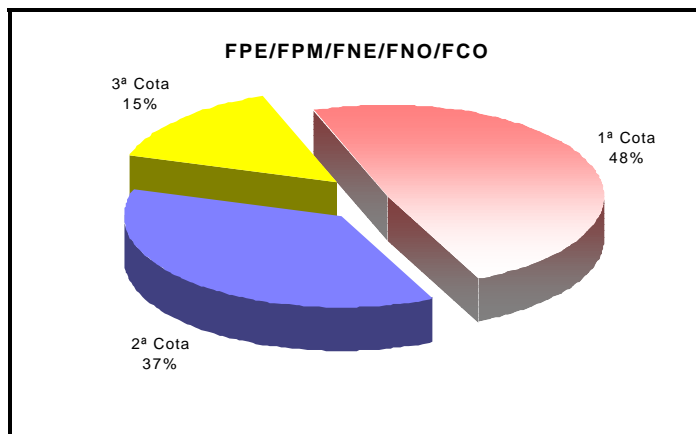
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decenal, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/99 OUT/99	NOV/99 NOV/98	JAN A NOV/99 JAN A NOV/98
1998	956,9	887,6	11.298,1	-	-	-
1999	1.124,9	1.188,1	12.468,0	- 5,3%	+ 17,6%	+ 10,3%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/99 OUT/99	NOV/99 NOV/98	JAN A NOV/99 JAN A NOV/98
1998	862,2	801,6	10.056,7	-	-	-
1999	997,0	1.049,3	10.998,9	- 5,0%	+ 15,6%	+ 9,4%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF



PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 508/98, os créditos no mês de novembro foram efetuados nas seguintes datas: 10/11, 19/11 e 30/11. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	- 9,1 %	- 5,0 %	- 9,4 %	- 5,3 %	+ 1,0 %	+ 6,0 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação líquida (Competência) Realizada			Arrecadação de Receita Classificada	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais					
	IPI	IR	IPI+IR			IPI+IR	Valores Distribuídos				
							FPE (1)	FPM (1) (2)	F.CONST.	IPI-EXP(1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Out.	521,3	1.820,1	2.341,4								
NOV/99	1.551,5	2.696,4	4.247,8	NOV/99	4.814,4	847,4	956,2	139,1	131,8	341,6	
1º Dec./Nov.	619,8	1.146,5	1.766,3	3º Dec./Out.	2.341,4	410,1	467,9	67,3	44,3	162,8	
2º Dec./Nov.	409,4	297,3	706,7	1º Dec./Nov.	1.766,3	311,2	350,0	51,1	52,7	126,0	
3º Dec./Nov.	522,2	1.252,6	1.774,8	2º Dec./Nov.	706,7	126,2	138,4	20,7	34,8	52,8	

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais - FEF. Inclui adicional de 2,5% do IR para o FPM de acordo com a E.C. 17. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o último decêndio de agosto/99), Santo André (a partir do 1º decêndio de setembro/99) e Irapuru (a partir do 3º decêndio de novembro/99). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. F.CONST. = Valores distribuídos ao FNE, FNO e FCO. Na arrecadação estão incluídos todos os acréscimos legais (multas, juros e receita de dívida ativa).

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	5.040,52	28.990,98	1,58	6.005,84
AL	22.863,95	35.254,43	212,31	10.293,65
AM	12.796,70	23.647,02	1.077,86	7.134,14
AP	3.699,09	28.914,71	80,42	5.815,14
BA	85.227,42	79.627,32	7.285,66	57.866,56
CE	50.378,35	62.175,96	1.072,25	27.628,90
DF	2.788,04	5.849,04	2,87	1.524,70
ES	17.339,24	12.711,63	5.954,27	8.597,03
GO	35.161,82	24.093,62	850,27	10.606,88
MA	38.916,80	61.170,04	1.889,40	37.503,99
MG	125.007,62	37.749,29	23.347,99	39.366,14
MS	14.611,20	11.287,92	498,03	4.658,32
MT	18.593,82	19.558,11	717,04	7.231,62
PA	34.000,98	51.795,64	6.404,53	31.917,89
PB	31.004,84	40.583,14	367,98	13.491,29
PE (3)	50.544,82	58.475,18	1.403,53	19.306,87
PI	23.823,38	36.621,35	210,78	13.744,57
PR	65.800,58	24.433,44	11.881,94	23.487,44
RJ	29.101,66	12.946,37	6.820,54	8.623,86
RN	23.418,79	35.405,27	283,09	10.430,67
RO	8.078,33	23.860,57	99,02	5.653,75
RR	2.537,23	21.022,49	9,12	4.159,21
RS	65.012,19	19.955,56	22.272,82	23.993,17
SC	37.219,16	10.845,56	12.551,17	12.458,48
SE	13.253,19	35.213,75	108,65	8.572,16
SP (4)	126.770,61	8.474,42	26.359,23	42.850,10
TO	14.685,94	36.778,97	33,83	9.088,01
TOTAL	957.676,28	847.441,78	131.796,16	452.010,33

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde o 1º decêndio de maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios de Diadema e Ribeirão Pires (SP), a partir do último decêndio de agosto, Santo André (SP), a partir do 1º decêndio de setembro/99 e Irapuru (SP), a partir do 3º decêndio de novembro/99 também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As estimativas embutem margem de erro, face às possíveis variações no comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	DEZ/NOV	JAN/DEZ	FEV/JAN
FPM	+ 0,6%	- 0,3%	- 1,4%
FPE	+ 0,7%	+ 7,4%	- 1,4%
IPI-EXP	+ 3,3%	- 14,1%	- 4,6%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Inclui dedução para o FUNDEF (15%).

ESTIMATIVA ANUAL

O comportamento dos últimos anos e a expectativa de variação real das Transferências Constitucionais (descontada a inflação - IGP-DI), para este ano, são as seguintes:

Fundo	1997/1996	1998/1997	1999/1998
FPM	+ 4,5 %	+ 14,0 %	+ 0,1 %
FPE	+ 3,8 %	+ 7,0 %	- 0,8 %
IPI-EXP	+ 1,3 %	- 8,0 %	- 9,6 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/1999	30/03/99	Jan a Jun 1999	28/07/99
Mar/1999	26/04/99	Jul/1999	30/08/99
Abr/1999	21/05/99	Ago/1999	20/09/99
Mai/1999	25/06/99	Set/1999	25/10/99
Jun/1999	28/07/99	Out/1999	29/11/99

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Divisão de Programação da Receita Vinculada - **DIREV**
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

NOVEMBRO/99

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de novembro apresentaram um crescimento de 9,5% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para esse fato o aumento ocorrido nos recursos originados do IPI (6,0%), ICMS (7,7%) e a liberação dos recursos da Complementação da União dos meses de setembro e outubro de 1999.

R\$ Mil

Origens	Outubro	Partic.	Novembro	Partic.	Nov/Out
FPM	176.676,9	13,9%	167.282,5	12,0%	-5,3%
FPE	157.389,1	12,4%	149.548,5	10,8%	-5,0%
IPI-EXP	21.950,8	1,7%	23.258,1	1,7%	6,0%
LC 87/96	42.465,7	3,3%	42.070,3	3,0%	-0,9%
Compl. União	0,0	0,0%	69.850,9	5,0%	
ICMS	869.638,8	68,6%	936.367,9	67,4%	7,7%
Total	1.268.121,3	100%	1.388.378,3	100%	9,5%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada:
Ao Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC

Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3121/3123/3124 Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO

Os acertos relativos ao ajuste negativo (Portaria nº 317/99, de 09.09.99) foram realizados no dia 16 desse mês, juntamente com a liberação da parcela da complementação referente aos meses de setembro e outubro. Os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba e Pernambuco foram objeto de ajuste da parcela recebida a maior em 1998, nos seguintes valores R\$ 1.300.426,00, R\$ 1.788.423,00, R\$ 3.163.937,00, R\$ 4.278.442,00, respectivamente.

EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ NOVEMBRO

UF	Total Previsto (R\$mil)	Total Executado até Novembro (R\$mil)	% Executado	Per capita Executado (R\$)
AC	83.319,2	76.260,6	92%	575,91
AL	192.216,9	176.730,2	92%	289,17
AP	81.030,3	74.529,4	92%	644,55
AM	249.062,8	228.449,3	92%	380,47
BA	1.081.769,4	966.030,4	89%	289,46
CE	523.708,2	471.329,7	90%	288,43
DF (1)	30.440,8	16.844,9	55%	48,84
ES	286.459,0	262.210,2	92%	479,90
GO	394.775,9	362.783,8	92%	345,74
MA	483.922,1	423.070,9	87%	282,71
MT	254.321,0	237.054,9	93%	459,52
MS	198.093,9	184.935,2	93%	443,25
MG	1.389.957,2	1.272.906,5	92%	348,02
PA	484.630,6	430.765,0	89%	283,74
PB	250.881,4	230.837,6	92%	290,13
PR	777.494,7	718.708,0	92%	430,01
PE	486.776,8	436.908,8	90%	274,15
PI	209.507,4	189.450,5	90%	286,97
RJ	1.208.134,8	1.087.816,2	90%	580,01
RN	216.146,2	199.316,7	92%	342,21
RS	965.740,2	890.931,0	92%	555,56
RO	121.673,4	110.609,5	91%	386,04
RR	59.302,1	54.189,1	91%	837,51
SC	471.311,9	434.423,6	92%	479,87
SP	4.351.775,0	4.044.335,2	93%	718,20
SE	159.321,1	146.283,4	92%	368,59
TO	140.057,0	128.697,6	92%	383,16
TOTAL	15.151.829,5	13.856.407,9	91%	427,93

De janeiro a novembro/99 já foram liberados cerca de R\$ 13,8 bilhões, correspondendo a 91% do valor previsto, incluído aí a Complementação da União de que trata a Portaria nº 286 de 29 de julho de 1999. O valor total do repasse previsto para o FUNDEF no ano é de cerca de R\$ 15,1 bilhões. Desse valor, R\$ 9,7 bilhões, ou seja, 64% tiveram como origem o ICMS.

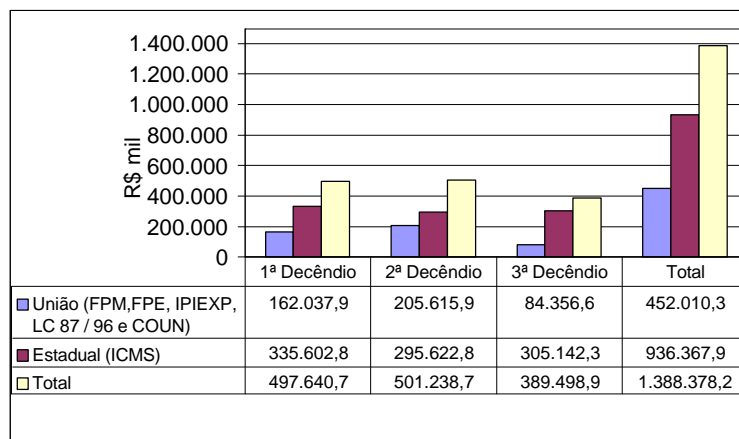
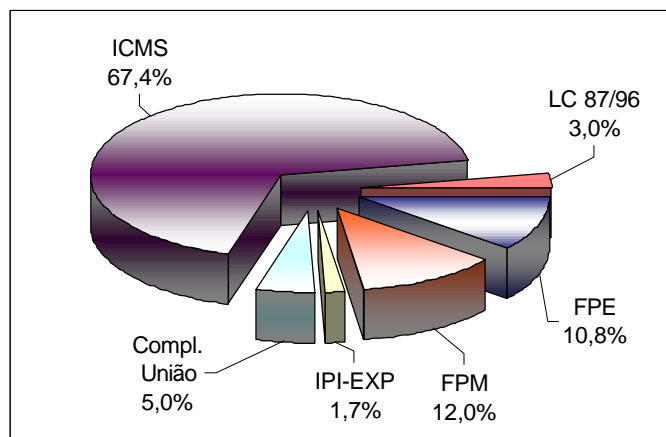
Verifica-se na tabela acima que os estados do AC, AP, AM, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, e SP, SE, TO já atingiram o mínimo estipulado para o ano de 1999. (R\$ 315,00 aluno/ano).

(1) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS no período de janeiro a novembro de 1999.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - NOVEMBRO/99 (EM R\$)

Estados	Matrículas	Origens						FUNDEF Total (2)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	132.417	5.116,1	889,5	0,3	0,0	0,0	1.053,7	7.059,5	53,3	575,9
AL	611.163	6.221,4	4.034,8	37,5	0,0	0,0	5.875,4	16.169,1	26,5	289,2
AM	600.440	4.173,0	2.258,2	190,2	0,0	512,7	18.186,6	25.320,8	42,2	380,5
AP	115.630	5.102,6	652,8	14,2	0,0	45,6	1.562,2	7.377,3	63,8	644,6
BA	3.337.358	14.051,9	15.040,1	1.285,7	25.544,8	1.944,1	44.933,8	102.800,3	30,8	289,5
CE	1.634.121	10.972,2	8.890,3	189,2	7.166,9	410,2	12.978,2	40.607,1	24,8	288,4
DF(1)	344.873	1.032,2	492,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1.524,7	4,4	48,8
ES	546.380	2.243,2	3.059,9	1.050,8	0,0	2.243,2	16.430,9	25.028,0	45,8	479,9
GO	1.049.304	4.251,8	6.205,0	150,0	0,0	0,0	23.633,1	34.240,0	32,6	345,7
MA	1.496.477	10.794,7	6.867,7	333,4	18.601,1	907,1	5.572,5	43.076,5	28,8	282,7
MG	3.657.558	6.661,6	22.060,1	4.120,2	0,0	6.524,1	81.725,6	121.091,7	33,1	348,0
MS	417.230	1.992,0	2.578,4	87,9	0,0	0,0	15.023,8	19.682,1	47,2	443,2
MT	515.880	3.451,4	3.281,3	126,5	0,0	372,4	17.759,8	24.991,4	48,4	459,5
PA	1.518.165	9.140,4	6.000,2	1.130,2	13.560,8	2.086,3	12.842,7	44.760,6	29,5	283,7
PB	795.642	7.161,7	5.471,4	64,9	793,2	0,0	6.513,7	20.005,0	25,1	290,1
PE	1.593.714	10.319,1	7.596,6	247,7	1.143,4	0,0	18.159,3	37.466,2	23,5	274,1
PI	660.180	6.462,6	4.204,1	37,2	3.040,7	0,0	5.170,2	18.914,8	28,7	287,0
PR	1.671.358	4.311,8	11.611,8	2.096,8	0,0	5.467,0	41.466,7	64.954,2	38,9	430,0
RJ	1.875.522	2.284,7	5.135,6	1.203,6	0,0	0,0	99.410,0	108.033,9	57,6	580,0
RN	582.444	6.248,0	4.132,7	50,0	0,0	0,0	8.516,6	18.947,3	32,5	342,2
RO	286.525	4.210,7	1.425,6	17,5	0,0	0,0	4.888,6	10.542,3	36,8	386,0
RR	64.703	3.709,9	447,7	1,6	0,0	0,0	1.014,3	5.173,5	80,0	837,5
RS	1.603.671	3.521,6	11.472,7	3.930,5	0,0	5.068,4	77.174,3	101.167,5	63,1	555,6
SC	905.290	1.913,9	6.568,1	2.214,9	0,0	1.761,6	26.380,1	38.838,6	42,9	479,9
SE	396.870	6.214,2	2.338,8	19,2	0,0	0,0	3.716,6	12.288,8	31,0	368,6
SP	5.631.226	1.495,5	21.975,3	4.651,6	0,0	14.727,7	383.445,1	426.295,2	75,7	718,2
TO	335.883	6.490,4	2.591,6	6,0	0,0	0,0	2.933,8	12.021,8	35,8	383,2
Total	32.380.024	149.548,5	167.282,5	23.258,1	69.850,9	42.070,3	936.367,9	1.388.378,3	42,9	427,9

Fonte: SIAFI - (1) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (2) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.